



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO  
CURSO DE CIENCIAS SOCIAIS

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ATRAVÉS DO DISCURSO  
OFICIAL DO ESTADO.**

**Macapá  
2010**

EDILENE NAZARÉ DE LIMA  
MARIA ELISÂNGELA BRAGA COSTA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ATRAVÉS DO DISCURSO  
OFICIAL DO ESTADO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção de título de Bacharel e Licenciado  
em Ciências Sociais pela Universidade  
Federal do Amapá.

Orientador: Prof. Dr. Ed Carlos de Sousa  
Guimarães.

**Macapá  
2010**

EDILENE NAZARÉ DE LIMA  
MARIA ELISÂNGELA BRAGA COSTA

**A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ATRAVÉS DO DISCURSO  
OFICIAL DO ESTADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amapá.

Aprovado em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Ed Carlos de Sousa Guimarães  
Universidade Federal do Amapá

---

Prof. Titulação – Nome do Professor  
Universidade Federal do Amapá

---

Prof. Titulação – Nome do professor  
Universidade Federal do Amapá

**Macapá  
2010**

Dedicamos a Deus, fonte de supremacia, à nossa família pelo apoio, compreensão e dedicação; bem como os amigos que direta ou indiretamente contribuíram para a conclusão desta graduação de extrema importância para tornar-nos profissionais e consolidação de nossas metas.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus que nos sustentou e nos fez superar as dificuldades.

Aos professores que com seus conhecimentos contribuíram para nossa formação em especial à professora Eliane Superti, pela sua dedicação na atividade de orientar a construção deste estudo.

Aos amigos da graduação, pelas discussões e alegrias, pois todos os diálogos traçados foram uteis para nossa formação.

Aos nossos familiares que nos passaram muita força e o patrocínio.

A todos que direta e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, pois certamente sem estas colaborações não venceríamos os imprevistos que se materializaram em nossa jornada, na tentativa de concretizar nossos objetivos.

A única maneira viável de mudar uma organização é mudar uma organização é mudar sua cultura, isto é, os sistemas dentro dos quais as pessoas vivem e trabalham. Para que as pessoas possam sobreviver e desenvolver, para que exista a renovação e a revitalização, deve-se mudar a cultura organizacional.

Ilacyr Gualazzi

## RESUMO

A Identidade política ocorre em um processo histórico de construção, através das normas e regulamentos do Estado que materializa uma identidade comum, oposta a composição social por agentes de produção distribuídos em classes, essa massa de indivíduos-cidadãos, ou povo é representada pelo Estado que se apresenta a sociedade como representante do sufrágio universal- expressão da “vontade geral”. A relação entre Estado e a sociedade resulta em uma identidade compartilhada pelo sentimento de pertencimento do indivíduo a um determinado tempo e espaço, resultando na orientação e o estabelecimento do sistema vigente. A visão sistematizada do Estado, ou seja abordagem do Estado capitalista para além de sua função econômica é adequada para tratar de suas reais ações sobre os membros de uma determinada sociedade, pois a construção da identidade através do Estado ocorre por meio de sua abrangência institucional na imposição de direcionamentos. Em nível local a promoção de uma identidade legitimada corresponde à identidade empreendedora, alvo das ações Governo do Estado, através do Programa Amapá Empreendedor com o direcionamento de suas ações na valorização de recursos e aptidões econômicas para promover a identidade favorável à mudança de ordem social, econômica e política. Mas, a construção de uma nova identidade traz consigo novos símbolos, contraditórios a constituição tradicional da identidade local da sociedade, portanto, seu estabelecimento requer tempo e espaço associados à massificação de práticas e certamente ocorrerá resistência e obstáculos por se tratar de conhecimentos alheios a compreensão média da população local.

**Palavras- chave:** Estado, Sociedade e Identidade.

## ABSTRACT

La política de identidad es un proceso histórico, a través del Estado una identidad común a todos los miembros de un determinado territorio, lo que permite la reproducción y el mantenimiento del sistema, mientras que la conciliación de los intereses de las clases históricamente antagónicas. Por lo tanto, este estudio tiene el objetivo de discutir la verdadera acción del Estado a través de sus políticas públicas, de control y los reglamentos, que tienen como objetivo promover una identidad políticamente posicionado como representante del interés general, a través de sus instituciones y presentar el discurso homogeneizador que iguala los temas, dando legítimo. Los materiales utilizados en la elaboración de la encuesta fueron los libros de enfoque impulsado por el Estado a los problemas en su respectiva base marxista. La definición en cuestión fue utilizado en lugar de la documentación proporcionada por el Programa Emprendedor Amapá SETE de una cruz con la literatura en torno a una visión sistemática del estado, es decir, el enfoque del estado capitalista más allá de su función económica y tratar a sus acciones reales de los miembros de una sociedad a través de sus instituciones. Así que la construcción de la identidad a través del Estado se produce a través de su ámbito institucional para la imposición de las direcciones, en caso de que el gobierno de Amapá Programa Emprendedor tenía la intención de dirigir las acciones en la recuperación de los recursos económicos y habilidades para promover un cambio de identidad positiva sociales, económicos políticos.

Palabras clave: Identidad, Estado, Clases.

novo



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01. Evolução relativa de militares e servidores públicos estatutários sobre o total de população empregada com mais de 10 anos de idade no Amapá. (1997-2006) .....	35
---	----

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Entrega de cheques a empreendedores santanenses .....	38
Figura 02: Entrega de cheques aos empreendedores do Programa Amapá Empreendedor .....	39
Figura 03: Entrega de cheques do programa Amapá Empreendedor .....	40

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFAP - Agência de Fomento do Amapá

ALCMS - Área de Livre Comércio Macapá Santana

AMCEL- Amapá Florestal e Celulose S.A

BANAP – Banco do Amapá

CADAM - Caulim da Amazônia S.A

ECO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

FUNDMICRO – Fundo de Apoio ao Microempreendedor

ICOMI – Indústria e Comércio de Minério.

IPESAP - Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento em Administração Pública

PDSA- Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

SETE – Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

WWF- World Wildlife Fund traduzido como **Fundo Mundial da Natureza**

## SUMÁRIO

<b>RESUMO</b>	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>CAPÍTULO I</b>	
1.1 O Estado e a Sociedade.....	12
<b>CAPÍTULO II</b>	
2.1 Estado e Identidade.....	20
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3.1 CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO E POLÍTICO DO AMAPÁ</b>	
3.1.1 O Território Federal do Amapá estruturado para a criação o Estado.....	24
3.1.2 O cenário amapaense de atividades econômicas.....	25
3.1.3 Planos e governos no Amapá Estado.....	29
<b>3.2 PROGRAMA AMAPÁ EMPREENDEDOR.</b>	
3.2.1 Contextualização e Significações do Termo Empreendedor.....	31
3.2.2 Sobre o Programa Amapá Empreendedor.....	34
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	44
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	47

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui um estudo de caso baseado na construção da identidade legitimadora, delimitada no Programa de Governo Amapá Empreendedor. Nesta conjunção, a pesquisa parte da análise do Estado capitalista para além de sua função econômica e trata suas reais ações sobre os membros de uma determinada sociedade através de suas instituições. Expondo, de modo geral o seu papel, funções e ações através de uma base Marxista, culminando no discurso homogeneizador do Estado o qual coloca os indivíduos como livres e iguais.

O ponto de partida deste estudo é a conceituação do Estado segundo os autores Nicos Poulantzas e Décio Saes (2000) ambos privilegiam a luta de classes, na intenção de relacionar Estado e sociedade, o papel desempenhado por ele na sociedade. Registrando a relação Estado e identidade segundo Manuel Castells (2000) e Montserrat Guibernau (1997) que tratam as identidades como um processo histórico construído, em contextos marcado por relações de poder.

O pressuposto da pesquisa é o caráter de classe do Estado capitalista e a aparente unidade do povo que ele representa através de seu discurso identitário, pois o Estado através de suas instituições igualiza os sujeitos, conferindo-lhes uma identidade enquanto membros de território comum, o que propicia a reprodução e perpetuação do sistema vigente, portanto o Estado como representante do interesse geral homogeneiza legalmente os indivíduos na coletividade de cidadãos (povo) conveniente a sociedade capitalista.

O interesse pelo universo apresentado justifica-se pelo fato de que o Estado é uma das fontes para a construção da Identidade. Nesse sentido, o presente estudo procura expor o tipo de identidade projetada pelo Estado em âmbito local, pois o Programa de governo Amapá Empreendedor em sua proposta intenta a introdução de novas exigências no ritmo produtivo, a produção apresentada dentro desse enfoque mudanças no processo produtivo e esbarra na identidade da população amapaense.

A princípio o estudo foi realizado como subprojeto do projeto Fragmentos Identitários: Um Estudo Sobre A Construção Da Identidade Cultural do Estado do Amapá de autoria da Professora Dr<sup>a</sup> Eliane Superti, financiado pelo programa de

bolsas de iniciação científica-PROBIC através da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da Universidade Federal do Amapá – PROSPESPG.

A discussão de modo geral se deu a cerca da formação da identidade legitimadora, o tema pôde ser desenvolvido em nível local, através do contexto da sociedade moderna no âmbito político, econômico e social, pois foram apresentados importantes resultados através do material coletado de autores que abordam a questão do Estado, seu papel, funções e ações através de uma base Marxista, pautando a pesquisa em torno de uma visão sistematizada do Estado, ou seja, que abordasse o Estado capitalista para além de sua função econômica e tratasse de suas reais ações sobre os membros de uma determinada sociedade através de suas instituições.

Quanto aos aspectos metodológicos, foi utilizado o tipo de pesquisa qualitativa, com enfoque no estudo de caso, devido à necessidade de expor as ideias dos idealizadores do Programa Amapá Empreendedor, condições e instituições dentre outros aspectos que compõem esta análise. O estudo previu etapas distintas, interligadas entre si, adotando primeiramente uma pesquisa bibliográfica que permitiu reunir vários autores e posicionamentos a cerca do assunto, também foi feita consulta no Manual de Fundimicro e Plano de Trabalho do referido Programa, cujo objetivo foi à organização das ideias para a análise e desenvolvimento do projeto.

Nesse sentido, no primeiro capítulo aborda algumas considerações referentes ao conceito de Estado, mais especificadamente o Estado capitalista moderno, abrangendo uma análise de sua funcionalidade, materialidade e seus elementos essenciais. Assim, descrever sua construção abrange a necessidade de buscar um apanhado histórico para obtenção desta pesquisa e considerações de alguns autores a respeito do objeto. Coube também fazer alusão à sociedade, que é participante e mola propulsora para o funcionamento e perpetuação deste sistema mediante suas estratégias.

O segundo capítulo apresenta uma alusão ao Estado e sua relação para a formação de uma identidade, cujo elemento constitutivo são as práticas política e econômica, materializadas na estrutura do Estado e geridas aos indivíduos quando da prática de inserção destes no funcionamento do sistema. A identidade, fruto do

Estado Nacional mesmo de forma abrangente e substancial possui capacidade de unificar os indivíduos através da implantação da aspiração de pertencimento.

O terceiro capítulo aborda a história do Amapá, de seus governantes e estudos relacionados à projeção da economia local, pois busca compreender a possibilidade de promover uma nova identidade atribuída aos cidadãos através do Programa Amapá Empreendedor, proporcionado por ações que envolvem o aparato institucional do Estado.

## CAPÍTULO I

### 1.1 O Estado e a Sociedade

O conceito geral de Estado, analisado neste trabalho considerará a proposição apontada pelos clássicos marxistas. E de maneira mais específica, a sistematização empreendida por Poulantzas (2000) na definição de Estado capitalista moderno e a conceituação do Estado burguês<sup>1</sup> elaborada por Décio Saes partem de orientações dos clássicos do marxismo. Suas análises têm uma problemática teórica particular: o conceito de Estado válido para todas as sociedades divididas em classes e mais a correspondência entre tipos de Estados e modos de relações de produção.

Para melhor delimitação e desenvolvimento do tema proposto, será utilizado o conceito de Estado capitalista considerado por Poulantzas (2000, p. 51) como:

Aparelho especializado, centralizado, de natureza especificamente política, constituído num agrupamento de funções anônimas, impessoais e formalmente distintas do poder econômico, cujo agenciamento apóia-se numa axiomatização de leis-regras que distribuem os domínios da atividade de competência, e numa legitimidade baseada nesse corpo que é esse povo-nação.

O autor ao tratar do Estado capitalista moderno, fundamenta sua análise na materialidade institucional, demonstrando a funcionalidade e a conjuntura organizacional contidas no Estado, que abrangem todos os campos no cotidiano de uma sociedade. Como aparelho especial, este não se reduz às relações de dominação, embora as classes dominantes o marquem profundamente, isso porque o Estado não é uma absoluta criação das classes dominantes, nesta medida, também não é por elas monopolizado. A unidade centralizada do Estado não reside numa pirâmide na qual o poder ocupa o cume, este se encontra disseminado em suas instituições, em um aparato político e ideológico.

Nesse sentido, o Estado capitalista moderno possui poder próprio, independente, certa autonomia em relação às classes sociais dominantes,

---

<sup>1</sup> Décio Saes utilizar termo burguês para denominar o tipo Estado de modelo capitalista, enquanto Poulantzas utiliza como denominação o termo capitalista.

proporcionada pela sua especificidade: a emancipação de sua estrutura jurídico-política da instância econômica, ao contrário das formas precedentes de Estado que comportavam em suas instituições uma pluralidade de centros de poder de caráter econômico e político, radicalmente diferente no Estado capitalista os poderes políticos e econômicos não estão convertidos a um único aspecto.

Quando Poulantzas (1986, p.252) considera “por autonomia relativa deste tipo de Estado, entendo aqui não diretamente a relação das suas estruturas com as relações de produção”, é esclarecida a importância de se considerar a relativa autonomia a propósito da relação Estado e campo de lutas ou frações de bloco de poder, pois ocorre por vezes a imposição de sacrifícios econômicos para classes dominantes à favor dos interesses das classes dominadas, por meio de seu posicionamento de luta. Porém, tal concessão de vantagens está fixada no limite de não ferir a estrutura do Estado, ou seja, de não modificar a estrutura do modo de produção.

Assim, a concessão de vantagens se mostra paliativa, pois a autonomia relativa não tem ligação com a intervenção do Estado nas relações de produção – o sistema deve ser mantido, então, no limite do sistema em um curto prazo, eventualmente o Estado capitalista permite a satisfação dos interesses econômicos das classes dominadas e limita os interesses econômicos das classes dominantes, mas com a condição de que tanto o poder político, quanto o aparelho de Estado permaneçam intactos.

Isso demonstra que o Estado não é um simples utensílio da classe dominante, e sim um Estado de uma sociedade dividida em classes. Portanto a efetivação de certos interesses econômicos das classes dominadas mostra que a característica do Estado capitalista de representar o interesse geral do “conjunto nacional-popular” não é mera ilusão.

Desse modo, estes aspectos são fundamentais na análise desse Estado capitalista moderno, representante dos interesses econômicos e políticos de classe, no entanto não o faz de modo direto, pois se apresenta através do discurso ideológico como representante da unidade dos membros de um coletivo comum e não como um Estado de classe.

Segundo Poulantzas (Idem, p.119) o próprio povo é instituído por determinação do Estado como a massa de indivíduos-cidadãos e sua participação

em uma comunidade política nacional se manifesta no sufrágio universal – expressão da “vontade geral”, conseqüentemente anula-se uma composição social por agentes de produção distribuídos em classes.

Diante disso, fica claro a formação de um novo coletivo, diferente e oposto à classe social com membros tidos como “indivíduos”, componentes de um coletivo comum, portanto reconhecem-se pelas leis pautadas nos princípios de liberdade e igualdade, como livres e iguais e não se percebem como agentes de produção com luta política de classe e com relações de classe formam nessa organização o “corpo político” que é a “nação”. Sendo estes indivíduos institucionalmente fixados no conjunto de “cidadãos”, cuja unidade o Estado capitalista representa e é ocultado através de suas instituições políticas e seu caráter político de classe. Em suma, no termo empregado por Nicos Poulantzas, trata-se de um “Estado-popular-nacional-de-classe”.

O Estado capitalista depende do embate de interesses das classes antagônicas para sua existência, ora contemplando a classe dominante ora a classe dominada. Encarnando em sua essência material própria do Estado, ações de controle e organização de relações das classes antagônicas, para que haja a reprodução das relações especificamente capitalistas. Assim, o Estado capitalista como reprodutor de tais relações, tem como função assegurar a coesão e a organização de uma sociedade dividida em classes, já que tal divisão sustenta o modo de produção capitalista, pois neste processo de produção, as condições estruturais peculiares é a apropriação dos valores produzidos pelos trabalhadores.

O Estado como mediador das crises do capitalismo assume função específica, como agente das lutas de classes, sua intervenção ocorre quando há o confronto de opositores presente em seu espaço territorial, logo sua atuação mediante as contradições sociais revela existência de uma sociedade dividida em classes.

Assim sendo, ele não representa ou simplesmente responde aos ditames das classes dominantes, pois as classes subalternas em luta pela contemplação de seus interesses têm fundamental importância, pois o objetivo do Estado é conciliar os interesses historicamente antagônicos das classes, garantindo o domínio da classe dominada. Ou seja, as medidas que garantem certa representação de interesses da

classe dominada não estão isentas de relações de dominação e exploração em um contexto marcado por lutas e tensões que reflete acordos e contradições.

Dessa forma, o Estado se relaciona com a sociedade através da ideologia de representante da unidade dos membros das classes sociais antagônicas no povo-nação, membro de um coletivo comum ao materializar a ideologia de representar o interesse geral impõe certos sacrifícios até mesmo para as classes dominantes, mesmo as concessões não são medidas puramente sociais de um Estado-providência, mas sim estratégia para garantir a reprodução da hegemonia da classe dominante sobre as massas populares.

Ao materializar o “interesse geral” as classes populares são colocadas em um Estado de massa, acontece que com a função de organizar politicamente as classes dominantes, o Estado tem com esta uma relação de classe politicamente organizada e com a outra, a classe dominante, tem uma relação dada pela representatividade do povo-nação, o que exclui, portanto uma relação que a considere como classe.

Cada tipo de relação de produção tem sua correspondente forma de direito, ou seja, o tipo adequado para a reprodução de seu específico modo de produção, no direito feudal, no direito escravista e no direito capitalista haverá como ponto de semelhança a repetição de suas específicas relações de produção.

A diferença do direito ou sua especificidade é sua essência de conferir tratamento igual aos desiguais, a exemplo no direito escravista os escravos eram colocados como incapazes de ter vontades subjetivas, portanto, cabia ao senhor o poder de mando e de decisão sobre o destino do escravo.

Porém no direito feudal era conferido capacidades, mas em graus diferentes e segundo o critério de capacidade estavam assentadas as obrigações ou atos que somente o produtor direto poderia exercer, ao proprietário eram concedidos privilégios, atos que só eles poderiam praticar dada a sua capacidade superior.

O direito capitalista, dominando ideologicamente através de normas-imperativas contém regras escritas ou não que disciplinam e regularizam as relações entre os agentes da produção, rompe com os aspectos dos direitos feudais e escravistas e coloca tanto os proprietários dos meios de produção como produtores direto como sujeitos individuais, atribuindo a todos, independente do lugar que ocupam no processo de produção, o caráter de sujeitos “livres” e “iguais” com competências para praticarem atos de vontade, tratam-se da conversão de tais

agentes em pessoas jurídicas e lhes são atribuídas, na qualidade de sujeitos individuais, vontades e direitos subjetivos.

Analisando o significado ou aplicabilidade dessa conversão dentro do modo de produção capitalista, se tem a extorsão do sobretrabalho do produtor direto pelo proprietário dos meios de produção, manifestada na compra e venda da força de trabalho do produtor direto através do salário. A troca da força de trabalho não é uma troca de equivalentes, pois a mais-valia se dá pela troca desigual logo:

É a ilusão de estarem trocando equivalentes que determina a repetição constante do encontro no mercado, enquanto vendedor e comprador da força de trabalho, respectivamente. Ora, é a reiteração constante desse encontro no mercado permite o uso renovado, pelo proprietário dos meios de produção, da força de trabalho do produtor direto, em troca dos materiais necessários à sua subsistência (salário). (SAES, 1994 p. 25)

O autor frisa que a força de trabalho circulando no mercado como mercadoria é uma ilusão, mas com efeitos reais, ao permitir ao nível do processo de produção a renovação da troca desigual entre o uso da força de trabalho e o salário.

Ao materializar o “interesse geral” as classes populares são colocadas em um Estado de massa. Porém, acontece que com a função de organizar politicamente as classes dominantes, o Estado tem com esta uma relação de classe politicamente organizada e com a outra - a classe dominada tem uma relação dada pela representatividade do povo-nação, exclui, portanto, uma relação que a considere como classe.

A particularidade deste Estado é proporcionada por sua estrutura jurídico-política, Poulantzas (2000) destaca a dupla função dessa estrutura de isolar e representar os membros de sua composição: conversão dos agentes de produção em sujeitos jurídicos e a conseqüente representação da unidade das relações isoladas no povo-nação nas relações sociais-econômicas.

O burocratismo burguês constitui uma das partes específicas do Estado burguês, correspondente a sua estrutura política. É um modo particular pelo o qual é organizado os recursos materiais e humanos (organização das forças armadas e coletoras) que cria condições necessárias a reprodução das relações de produção capitalistas.

Suas normas fundamentais, de modo sintético, são: a não-monopolização das tarefas do Estado pelas classes dominantes; hierarquização das tarefas do estado pelo critério de competência. A primeira norma possibilita o acesso das tarefas do Estado aos membros das classes dominadas, outro reflexo é a não identidade entre os recursos do Estado (armas, meios de transporte, dinheiro, entre outros) com os recursos materiais dos proprietários dos meios de produção (fábricas, produtos dinheiro), cada um tem seus específicos recursos.

A segunda norma referente tem como derivação a impessoalidade das funções, pois hierarquizar pelo critério de competência é fazer oposição ao critério de classe, logo não se vê aí uma divisão social de classe, por consequência os recursos materiais do Estado não serão propriedade privada, isto é, propriedade da classe exploradora. Uma importante característica da hierarquização das tarefas, que vale ressaltar, é a compartimentalização vertical ascendente, ou seja, cada repartição se subordina a outra superior imediata, então o trabalho no interior do Estado está dividido e centralizado.

Saes considera as normas do burocratismo burguês como unificadora dos agentes de produção, já isolados pelo direito burguês, e neutralizador da tendência à formação de uma classe social constituída por agentes de produção, divergente da unificação dos sujeitos proprietários ou não dos meios de produção. A respeito disso ele afirma que:

Só o burocratismo burguês pode definir os agentes da produção como indivíduos igualizados na condição de habitantes de um mesmo espaço, o território nacional, e, ao fazê-lo, combate a constituição da classe exploradora através da afirmação do povo-nação. É desse modo que o burocratismo burguês cria as condições ideológicas necessárias à reprodução das relações de produções capitalistas. (1994 p.46).

O direito burguês e o burocratismo burguês coexistem numa relação onde um é condição de existência para outro, ambos constituem a estrutura do Estado burguês, partes da estrutura jurídico-política separados e relacionados simultaneamente que ideologicamente produzem efeito neutralizador /homogeneizador das classes:

De um lado, não há burocratismo sem direito burguês: pois a individualização de todos os agentes da produção e a igualização jurídica entre proprietários dos meios de produção e produtores diretos é impossível

liquidar a monopolização das tarefas do Estado pela classe exploradora, permitir o acesso dos membros da classe explorada a essas tarefas, hierarquizar as tarefas recrutar os funcionários segundo o critério da competência puramente individual. De outro lado, o princípio abstrato do direito burguês – tratamento igual dos desiguais, mediante a atribuição de capacidade jurídica genérica a todos os agentes de produção só pode se transformar em norma impositiva isto é, efetivamente reguladora das relações sociais. (SAES, 1994 p.43).

Assim, o Estado se apresenta como representante do interesse geral homogênea formalizando a sociedade em o povo-nação, que são os agentes produtivos reunidos em uma coletividade contrária à divisão de classe, por isso o discurso homogeneizador do Estado nega a contradição real entre produtores diretos e proprietários dos meios de produção.

Sendo imprescindível para dar prosseguimento ao estudo tratar dessa nova entidade criada pelo Estado: o povo, pois essa coletividade de sujeitos de direito (cidadãos) assegura a coesão e a organização de uma sociedade dividida em classes, para que a participação dos indivíduos-cidadãos (povo) na comunidade política nacional se manifeste no sufrágio universal – expressão da “vontade geral”, ou seja, todos os indivíduos, filiados a um espaço geográfico, este corpo político será representado pelo Estado.

Em suma o Estado capitalista impõe a sociedade, por meio de normas e regulamentos que se materializam na forma de leis, uma identidade legitimadora, na qual todos se reconhecem membros de um coletivo comum, o que se opõem a uma composição social por agentes de produção distribuídos em classes. Sendo estes indivíduos institucionalmente fixados no conjunto de “cidadãos” ou povo, cuja unidade o Estado capitalista representa, e é ocultado através de suas instituições políticas o seu caráter político de classe.

Este capítulo permitiu a definição de alguns conceitos que baseiam a constituição e compreensão desta pesquisa, assim a idealização do povo como uma identidade politicamente construída, permite que no próximo capítulo seja desenvolvida a pesquisa especificamente sobre a relação entre Estado e identidade.

## CAPÍTULO II

### 2.1 Estado e Identidade

Poulantzas (1986, p.10) em *O Estado, o Poder, o Socialismo* fala da constatação cotidiana que nós - não como filósofos, mas como simples cidadãos, podemos fazer em face a evidência de que “estamos enredados nas práticas de um Estado que, nos mínimos detalhes, manifesta sua relação com interesses particulares e, conseqüentemente, bem precisos.

A ideologia aparece como importante elemento para promover esse enredamento, de modo geral, longe de o ser somente um sistema de ideias ou representações, a ideologia compreende uma série de práticas materiais: hábitos, costumes, modo de vida dos agentes. Isso molda as práticas sociais, onde estão estabelecidas também as práticas políticas e econômicas.

A ideologia dominante emanada desta classe está enraizada nos aparelhos do Estado e sua função é difundir e reproduzir tal ideologia como é o caso das Instituições religiosas, informativas, culturais entre outras, os quais tornam-se tão presentes no cotidiano. Esta demarcação sobre a classe dominada é reflexo do poder político, cujo objetivo é mascarar e coagir, não de forma repressiva, mas com o intuito de envolver e difundir uma visão restrita da conjuntura, promovendo a conservação da ideologia dominante.

Assim, para Manuel Castells (2000) a identidade legitimadora, ou seja, aquela concebida e materializada pelo Estado através de suas instituições propaga a dominação constituída na sociedade. Originando a sociedade civil, isto é, formam a base de uma sociedade em funcionamento (independentemente de seu sistema político) estabelecida na ossatura do Estado (igreja, sindicatos entre outros).

A sociedade estruturada e preparada mesmo entre os embates utópicos unificam-se em uma identidade racional de estrutura dominante, esta por sua vez, uma construção social dentro dos aparelhos do Estado moderno contribui para organizar o consenso de certas classes e parcelas dominadas em relação ao poder público. A necessidade de buscar um consenso comprova a existência de divergentes classes sociais e ao mesmo tempo evidencia a instituição do povo, a formação dessa unidade é a resposta do Estado à divergência emergida da

diferença de classe, portanto, de acordo com Hall (2000) a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.

A função do Estado na formação da identidade nacional é fazer com que cada célula, ou seja, cada “indivíduo”, pessoa jurídico-política ocupe seu lugar de acordo com o funcionamento do Estado capitalista, com organização hierárquico-burocrática, com suas instituições eletivas, que parcelariza o corpo político do Estado, mas é claro, apresenta-se como uniforme e homogêneo. Conseqüentemente cada cidadão se vê como ocupante de um determinado espaço como um todo. Ou resumidamente: a identidade, então, costura o sujeito à estrutura, tornando-os unificados e previsíveis (HALL, p.2, 2000).

O território nacional dentro de tal lógica surge como uma figura política de balizamento ao nível do Estado total. Os indivíduos modernos por sua vez, são os componentes do Estado-nação moderno, dominados e disciplinados por este.

O Estado nacional por sua vez, deve ser situado nas relações de produção e na divisão social do trabalho, para que lhe sejam vistas sua materialidade própria e sua natureza de classe não somente como dominante, pois ele açambarca a nação, nele se condensa a relação de força, ou seja, relação de classe. O discurso nacional materializa-se através dos aparelhos institucionais portadores do papel de legitimar a funcionalidade do Estado como o exército, escola e outros.

A respeito do produto do Estado nacional: a identidade nacional (povo), Montserrat Guibernau reafirma a idéia de Max Weber de que não importa a quão artificialmente organizada possa ser uma comunidade política, o Estado tem a capacidade de criar uma “identidade pressuposta” entre os cidadãos, pois de acordo com este autor:

A identificação de classe foi insuficiente para unir as pessoas. Isso se comprovou nas duas guerras mundiais, assim como nas recentes mudanças que ocorreram na Europa oriental, onde depois de quarenta anos ou mais de comunismo, a “identidade de classe” não tem sido capaz de tomar lugar das “identidades nacionais”. Na Europa oriental, minorias outrora absorvidas em estados nacionais, às vezes “artificialmente criados”, estão agora exigindo a independência. (1997, p.53)

Para esse autor signos como bandeira, uma determinada canção ou projeto, por exemplo, são símbolos para os grupos identificarem e se definirem como “diferentes” dos outros. Uma das principais funções da identidade apontadas por

esse autor é a metodologia para a adaptação, o autor fazendo uma aproximação entre os ritos religiosos analisados por Durkheim em sua obra<sup>2</sup>, conclui que em ambos os resultados e os processos são similares, pois o sentimento coletivo que une e adapta os sujeitos é apoiado e reafirmado.

A conexão de todos esses símbolos cria uma identidade capaz de mobilizar as pessoas, assim, no século XX os trabalhadores com toda convicção se incorporaram aos exércitos nacionais em defesa de sua pátria e contra outros trabalhadores inimigos, ou seja, significando que a política nacionalista se mostra mais poderosa que identificação de classe.

Montserrat (Idem,p.83) trata da identidade no sentido de que as identidades só existem nas sociedades que as definem e organizam, sendo a questão da identidade uma relação do indivíduo com a sociedade como um todo, no plano individual há a necessidade de o indivíduo sentir-se pertencente a uma comunidade. “Na era atual, a nação representa uma dessas comunidades; a identidade nacional é seu produto”.

De acordo com esse autor os critérios de definição da identidade são: “continuidade no tempo e diferenciação dos outros”, ambos são elementos que marcam a identidade nacional. A concepção de que a nação é uma entidade historicamente enraizada projetando-se no futuro é o que fundamenta a continuidade no tempo, onde os indivíduos se percebem dentro dela mediante um conjunto de experiências, desdobram no percurso do tempo e se unem por um significado comum do qual somente os pertencentes de tal grupo podem entender. Exemplos de distinção são: pátria, língua, ideais, valores e tradições comuns, sentimentos relacionados.

A diferenciação consiste na percepção que o indivíduo tem de formar uma comunidade na qual a uma cultura comum, compartilhada dentro de um determinado território os distinguem entre os membros “diferentes”. Em complementaridade, as análises sobre matrizes territorial e temporal de Poulantzas mostram como os indivíduos se adaptam ao sistema. Sobre matriz territorial do Estado capitalista é possível verificar a peculiaridade desse território: serial, descontínuo e segmentado, pois cada trabalhador direto totalmente está separado dos meios de trabalho de

---

<sup>2</sup> As Formas Elementares da Vida Religiosa e as cerimônias civis

acordo com a divisão social do trabalho, isso implica especificamente em um modelo parcial.

A matriz temporal capitalista é consubstancial à divisão social capitalista, resultando segundo Poulantzas (2000, p.109) em um: “Tempo segmentado, serial e dividido já implicado na ossatura institucional específica do Estado e seus diversos aparelhos como: escolas, prisões, burocracia, etc.” Sendo o processo de produção e de reprodução com orientação e finalidade, mas sem fim. Um tempo imensurável e estritamente controlável pelos relógios. “As matrizes espacial e temporal são pressupostos de relações de produção por que elas se materializam aí como luta de classe; surgem historicamente como produto dessa luta”. (Idem, p. 115)

Sobre a construção e a experiência da identidade nacional temos em Poulantzas uma orientação interiorizada como se fosse natural, dada pela organização burocrática através das leis, da ordem social moderna. Em suma: a materialização da burocratização como forma de controle e organização.

Assim, o Estado tem um papel fundamental na materialização da identidade, pois este determina o que é certo errado, através das regras ditadas pelas leis. Por outro lado, qualquer membro da sociedade que pratique atos violentos sem a sanção prévia do Estado será punido. Nesse sentido, esta materialização pode ser objetiva e subjetiva; objetiva representada pelas suas instituições e subjetiva em relação à individualização, pois determina como o sujeito e sua estrutura familiar deve ser sendo esta segunda a principal, quando o sujeito interioriza os conceitos ideológicos como algo inerente a sua natureza.

Ao estabelecer a correlata relação entre Estado e identidade incidindo na ideia de uma identidade comum compartilhada pelo sentimento do indivíduo de pertencimento a um determinado tempo e espaço, constitui a forma como culmina a orientação e o estabelecimento do sistema vigente. Tal orientação e vigência do sistema molda um membro denominado cidadão, componente da coletividade intitulada de povo, tais elementos possibilitam o embasamento necessário para a pesquisa no curso do próximo capítulo, delimitado na questão do Estado do Amapá em nível de ações locais na promoção de uma identidade legitimada de acordo com o projeto a ser analisado.

## CAPÍTULO III

### 3.1 CONTEXTO HISTÓRICO, ECONÔMICO E POLÍTICO DO AMAPÁ

#### 3.1.1 O Território Federal do Amapá estruturado para a criação o Estado

Com a criação do Território Federal do Amapá, em 1943, o município de Amapá passa a ser a nova capital do Território, o primeiro governador do então território, Janary Nunes modificou a capital do Amapá para Macapá em 1944, em razão do grande desenvolvimento na cidade e da proximidade estratégica com Belém (Pará), já considerada naquele tempo como a porta de entrada da Amazônia.

Na condição de Território Federal, foram criadas no Amapá estruturas políticas, econômicas sociais e administrativas internas que em muito contribuiriam mais tarde para sua estadualização. Conforme as descrições de Rodrigues (1998) se destacam algumas realizações feitas na gestão do Comandante Annibal Barcellos como Governador nomeado pelo General João Baptista Figueiredo – então presidente do Brasil.

Assim, no Estado do Amapá no período de Território foram realizadas inúmeras obras como: a construção de escolas e um complexo administrativo, implantação do Distrito Industrial, ampliou a interligação rodoviária entre Capital e a zona rural, e serviços diante da informatização do serviço público quando da criação do Centro de Processamento de Dados (CPD). No entanto, plano administrativo, Annibal Barcellos, enquanto Governador, não apresentou um novo plano de governo, colocou em prática apenas aquilo que já estava planejado no período de Arthur Henning, seu antecessor.

Com a promulgação da Constituição brasileira de 1988, a 05 de Outubro, o Amapá foi elevado à categoria de Estado. O estudo de Jadson Porto (2000) oferecer importantes contribuições a esse respeito, ao fazer um enfoque da experiência do Amapá no período de 1943 a 2000 – desde território até sua atual organização como Estado, abalizado nas experiências políticas, econômicas e administrativas. (P.19)

Segundo informa Porto (2000), com a Constituição de 88 o Estado adquiriu autonomia e capacidade de se autoorganizar, ocasião em que foi elaborada sua própria constituição, promulgada em 20 de dezembro de 1991, seguida por

orientações políticas do Governo e pelos primeiros Deputados Estaduais fundamentada nos princípios da Constituição da República Federativa do Brasil.

Assim, devido à nova posição, adquiriu a capacidade de autogovernar e escolher seus representantes do executivo e legislativo, estadual e federal, criar sua assembleia legislativa; e desenvolver seus próprios programas que antes eram dirigidos pelo Governo Federal.

No tópico Estadualização e Sustentabilidade Econômica (Pós 1980), Jadson Porto destaca as principais transformações nos âmbitos políticos, econômicos e político-administrativo no Amapá: os ex-territórios permaneceram dependentes das transferências federais e no Estado o esgotamento manganêsífero concorreu com esta situação.

Adiante a incursão na trajetória das atividades econômicas demonstra a importância da criação de uma identidade por meio do posicionamento do Estado, no sentido de desenvolver o setor econômico. Pois a economia está no centro da organização do Estado, conforme os capítulos precedentes, para cada tipo de Estado há uma correspondente forma de produção. Assim, a estrutura do Estado capitalista conforma seus cidadãos a sua equivalente forma de produção. No caso amapaense é necessário adequar as células (povo) aos moldes que correspondem a organização capitalista, uma vez que a economia tem a força de trabalho empregada na subsistência ou na insípida técnica de organização capitalista.

### 3.1.2 O cenário amapaense de atividades econômicas.

No âmbito econômico as atividades mineradoras têm destaque, no final da década de 1940. No contexto dessa época, o Brasil passou a ser o principal fornecedor do manganês dos Estados Unidos, o Governo sancionou o Decreto Lei nº 9.858 de 13/ 9/1946 que qualificava a jazida como reserva nacional, permitindo que empresas particulares desenvolvessem atividade extrativista mineral e assegurava parte dos proventos aos cofres do território Federal.

Assim, a ICOMI arrendou por 50 anos para a exploração de manganês, no município de Serra do Navio, jazidas na região cuja finalidade era exportação para o mercado norte americano, financiada pela rede bancária e creditícia regional e empréstimos internacionais. Ao encerrar suas atividades na década de 90 a

empresa deixou saldos negativos, como exemplo os problemas de saúde resultante da contaminação por arsênio- produto tóxico utilizado para o manejo industrial do produto. No entanto, de acordo com o Contrato assinado em 1950: “cabia ao Território Federal a formulação de políticas que viessem minimizar os impactos socioeconômicos sobre a área de abrangência do projeto.

O projeto Jarí visava à produção de celulose e papel no Vale do Jarí, pois o Ludwig – milionário americano tinha fatores favoráveis à implantação de seu empreendimento: apoio do Governo Federal; extensão contínua de terras de um único proprietário; índice pluviométrico e intensidade de sol adequado a cultivo de gmelina arbórea; proximidades do mercado consumidor; acesso a navegação internacional via Rio Amazonas.

O vale do Jarí localiza-se ao sul com Estado no Amapá fazendo fronteira com o Estado do Pará (local onde as company twom foram construídas para abrigar os funcionários da empresa e seus familiares), além de implantar as atividades de agropecuária e extração de caulim e bauxita, muitos foram os atraídos pelo projeto e mão de obra não absorvida pela indústria e os desagregados do vale do Jarí se estabeleceram na margem do rio Jarí no lado amapaense (onde hoje é o município de Laranjal do Jarí), essa população a margem do projeto vivia da agricultura de subsistência e de subempregos, em habitações precárias- palafitas, sem condições a serviços básicos de saúde, saneamento básico e acesso a educação.

No Vale do Jarí também foi instalada a Caulim da Amazônia S.A – CADAM que distribui 90% da produção para o mercado externo e 10% para o mercado interno no fim da década de 70, vale destacar que no lado amapaense do rio Jarí a exemplo do Laranjal do Jarí, também foi se estabelecendo um povoado de palafitas onde hoje se encontra o município de Vitória do Jarí.

A AMCEL instalada no município de Porto Grande destinava-se a plantação de pinheiros para fornecer cavaco de pinus para a Jarí Celulose, posteriormente o patrimônio da AMCEL foi comprado pela Champion Papel Celulose LTDA, correspondendo a equitares de pinus e eucaliptos além de equipamentos industriais localizados nos Municípios de Santana, Porto Grande e Tartarugalzinho.

Além do manganês e do caulim outros minerais se destacam na mineração amapaense como o ouro, cassiterita e tantalita. Assim, a mineração novo astro instalou-se na comunidade de São Lourenço (Calçoene), a mineração WUKYO

SHIDOME S.A, esta mineração também se instalou em Calçoene, encerraram suas atividades em poucos anos em vista de processos movidos na justiça do Trabalho pelos funcionários em razão de falta condições de trabalho e pagamento de salários.

Outras mineradoras como Mineração Água Boa LTDA, mineração Itajubi LTDA e Comércio e Navegação Amapá LTDA também tiveram em vista minérios como a cassiterita que o Amapá chegou a exportar toneladas até o esgotamento dos produtos nas minas, há o registro também da exportação de tantalita, embora pouco mencionada, mas com grande valor na produção de artefatos eletrônicos.

Em relação às mineradoras, que até hoje atuam no Estado amapaense com royalties possivelmente bem abaixo da real arrecadação de minérios embarcados para o exterior, não é descartado o aumento do PIB do Estado em certo período, a melhoria da infra-estrutura onde as companhias se instalaram, no entanto, os aspectos negativos vieram em proporções bem maiores, concernentes a problemas sociais, ambientais e econômicos, baseado no modelo de desenvolvimento extrativismo predatório.

As atividades econômicas locais ocorrem através da exploração de recursos naturais, é característica da região dada sua biodiversidade, destacando-se as atividades extrativistas e os produtos derivados do segmento do açaí, da pesca, a castanha, o palmito, borracha e principalmente a madeira em tora. Devemos salientar que a exploração que era feita sem controle eficiente, conscientização e pressão ambiental, mudou para um novo quadro, sendo direcionada para o uso racional da biodiversidade pelo PDSA, segundo informa a revista ÉPOCA<sup>3</sup>, período em que o extrativismo vegetal enriqueceu a merenda escolar amapaense e fazia parte da geração de renda do Governo.

A atividade pesqueira, desenvolvida graças à extensão da costa do Amapá que é de 650 km, caracterizada por uma grande diversidade de estoque piscoso, sendo que parte do setor está no costeiro oceânico correspondente aos municípios de Calçoene, Amapá, Oiapoque, Pracúba e Tartarugalzinho, o outro setor piscoso é o Amazônico, abrange os municípios de Cutias e Itaubal, Macapá, Santana e Mazagão, a característica predominante no sistema de produção é a pescaria artesanal, havendo algumas empresas que atuam na pesca industrial.

---

<sup>3</sup> [www.epoca.globo.com/edic/edi220299/brasil5.htm](http://www.epoca.globo.com/edic/edi220299/brasil5.htm)

Em 1991, foi implantado pelo Governo Federal a Área de Livre Comércio Macapá-Santana (ALCMS), cujo propósito era dinamizar a economia nesta área. Controlada pela SUFRAMA, proporcionou a suspensão de impostos sobre as importações e produtos industrializados. De certa forma, fomentou crescimento do setor terciário e com a utilização dos benefícios fiscais foram destinados ao setor administrativo, educacional, energético e de saúde; mas contrariamente houve um crescimento populacional descontrolado, não havia condições básicas para receber as populações oriundas principalmente da região Nordeste e Norte que vieram em busca de melhores condições de vida, sem um controle sobre a migração culminou em um crescimento desordenado da cidade e problemas estruturais.

A respeito das atividades econômicas relativas à biodiversidade, verifica-se sua contribuição para a organização das potencialidades praticadas no Amapá. Conforme podemos verificar, o Governo do Estado por meio do Plano de Desenvolvimento Integrado- Amapá Produtivo buscou encontrar a melhor estratégia para transformar esse potencial em bens e serviços. Tal planejamento leva em conta a vocação econômica local, com base na potencialidade dada por meio dos recursos naturais, o que marca profundamente a identidade local.

Afinal, o Amapá é um dos Estados mais preservados da Região Amazônica, os recursos naturais abundantes e a sua biodiversidade (todos os ecossistemas da Amazônia estão representados no Amapá), por isso são apontados com fonte de investimentos, aliado a localização estratégica de sua capital- cortada pela linha imaginária do Equador, na foz do Rio Amazonas, o porto de Santana (localizado em um de seus maiores municípios), é o único de águas profundas da região permitindo embarque e desembarque de grandes navios, além disso, o Estado é banhado pelo Oceano Atlântico, e faz parte do Platô das Guianas fazendo fronteira com uma parte da União Europeia na América Latina através da Guiana Francesa.

Abrantes (2003) afirma em seu artigo Amapá Produtivo: Possibilidades e Desafios do Desenvolvimento do Estado, o consenso de que no Amapá há uma conservação da diversidade de ecossistemas em nível adequado, pois

Com baixa densidade populacional, alta potencialidade de utilização de recursos naturais renováveis, comprovado pelo fato de que as florestas cobrem mais de dois terços do seu território, ao lado de áreas de cerrado, lagos e grandes extensões e várzeas, onde flora e fauna variam em função das inundações sazonais. O conjunto formado pelos parques nacionais,

reservas biológicas e terras indígenas corresponde a 72% do Amapá que hoje estão protegidos. (p.87)

As atividades econômicas e a valorização dos potenciais naturais são preocupações dos governantes no exercício de suas atividades no Estado, então além das atividades econômicas, far-se-á necessário ainda, que de modo pouco profundo, menção das gestões passadas, quando o Amapá se tornou Estado.

### 3.1.3 Planos e governos no Amapá Estado

Annibal Barcellos foi o primeiro governador eleito ano de 1991, neste período foi consolidada a implantação do novo Estado do Amapá, membros para o Tribunal de Contas da União e Tribunal de Justiça do Estado foram nomeados, exigências e necessidades que demandam da nova estrutura. Como: a promulgação da Primeira Constituição do Estado do Amapá, em 20 de dezembro de 1991. Também foi instituída a Justiça Militar do Amapá (Lei nº 164, de 4 de agosto de 1994) e o Banco do Amapá- BANAP , em 24 de maio de 1993.

No contexto geral, neste momento os países passavam por situação econômica e financeira difíceis, no Brasil em especial, após resolver problemas políticos importantes com a redemocratização a partir de 1985, a economia brasileira passou a conviver com problemas econômicos crônicos, como o descontrole inflacionário, que desestabilizava e estagnava qualquer tentativa de crescimento econômico. Esse cenário se estendeu até 1994, com a implementação do Plano Real, que apesar de controlar inflação de maneira mais efetiva teve ônus elevado para a economia.

No que tange a política econômica Abrantes(2002) destaca a situação de uma economia condicionada às regras universalmente aceitas, que traz com consequência o reduzido grau de arbítrio do governo na sua ação fiscal, monetária e cambial, e uma tendência à uniformização da legislação econômica dos países, induzida pela necessidade de gerar um ambiente competitivo em âmbito global. No Amapá os reflexos também eram sentidos exigindo planejamentos criteriosos, com isso, foi promulgada e foi regulamentada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, criada em 1991 cujo êxito não desenvolveu a economia local, devido ao insucesso da implantação da importação e exportação em condições especiais.

O segundo Governador eleito João Alberto Capiberibe (PSB) apresentou o programa de Governo denominado Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá - PDSA, implantado em 1995. Conforme Abrantes, este programa não foi escolhido de maneira aleatória, pois se considerou as oportunidades e perspectivas de um novo estilo de desenvolvimento, que incorpora os anseios contemporâneos em prol da equidade social e da conservação do meio ambiente, tendo como objetivo central a melhoria da qualidade de vida de toda a população e sua plena incorporação do exercício dos direitos e cidadania ( 2002 p.55).

Sua relevância se deu pela continuidade por dois períodos do Governo de João Alberto Capiberibe (PSB), seu foco estava nas questões ambientais e sociais, pelo maior desenvolvimento dos movimentos sociais nas decisões administrativas locais e seu reconhecimento internacional. A relevância deste programa se deu diante da recuperação das finanças públicas, a reforma da máquina administrativa, a descentralização das atividades governamentais e transferência voluntária de recursos do governo para segmentos organizados da sociedade civil e de prefeituras municipais. (ABRANTES, 2002, p.55).

Os resultados deste programa foram acentuados, apesar de sua lenta implantação devido à posição de esquerda do governo em relação ao prefeito de Macapá Annibal Barcellos (PMDB). Os destaques desse programa de Governo são os abaixo descritos:

1) discussões metodológicas sobre um programa de desenvolvimento embasadas na preocupação com o meio ambiente, na valorização da Agenda 21(estabelecida na Eco-92); 2) realização de novos pactos com os setores produtivos e políticos locais; 3) ampliação da divulgação do Amapá nas escalas nacional e internacional, a partir de uma administração preocupada com o meio ambiente e na divulgação de produtos regionais aos mercados interno e externo; e 4) retomada do planejamento e da ação do Estado como principal incentivador ao desenvolvimento local.(PORTO,2000, p.144).

A sucessora do segundo governador eleito, Dalva Figueiredo – primeira mulher a ocupar este posto na história do Amapá governou por um período de nove meses, quando o Governador Capiberibe renunciou para concorrer a uma vaga ao Senado. Sua administração foi marcada por projetos na área pedagógica

educacionais, desenvolvimento econômico, promoção social e preservação de valores culturais, éticos, ambientais adequados.

Antonio Waldez Góes o segundo Governador eleito, governou de 2003 a abril de 2010, teve sua administração desenvolvida em um programa de Governo denominado Desenvolvimento com Justiça Social. No entanto, deu prosseguimento a programas da gestão anterior e implantou outros novos. Destacaremos, no entanto, o Programa Amapá Empreendedor, pois como discutido anteriormente, existe no Estado a tentativa de atribuir aos concidadãos uma identidade comum, caracterizada pelo bem comum, no campo da política local, tem-se assim, o direcionamento de ações voltadas para o empreendedorismo, cujo objetivo é a coordenação e execução de políticas públicas e ações de empreendedorismo. Assim, deve haver esclarecimentos relevantes a cerca das significações e questões que abrangem o termo empreendedorismo.

### 3.2 PROGRAMA AMAPÁ EMPREENDEDOR.

#### 3.2.1 Contextualização e Significações do Termo Empreendedor.

O termo surgiu na França por volta dos séculos XVII e XVIII, origina-se da palavra empreendedoras (entrepreneur), com o objetivo de designar pessoas ousadas que estimulavam o progresso econômico, mediante novas e melhores formas de agir. Por empreendedorismo Shane (apud ABRANTES, 2002, p. 124) considera:

É o estudo da criação e administração de negócios novos, pequenos e familiares, e das características e problemas especial dos empreendedores. Os principais tópicos incluem idéias e estratégias de novas empresas, influências ecológicas sobre a criação e desaparecimento de novos negócios e de equipes criativas, auto-emprego, gerentes proprietários e o relacionamento entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico.

Dessa forma é preciso entender o funcionamento deste setor, pois é uma atividade e possui direcionamentos dentro da lógica de produção, sendo necessário possuir um comportamento pró-ativo, agindo com iniciativas, visão holística, ou seja, ter atenção nos demais negócios que estão em sua volta, devido à concorrência. Ações necessárias que significam firmeza e consolidação em um mercado

competitivo. Esses fatores abalam o emocional do indivíduo, pois os altos e baixos inerentes de um negócio implicam em situações inesperadas. Definir estratégias é extremamente importante, o que significa estar sempre preparado para agir em situações que implicam ações emergenciais, ou seja, tomada de decisões e conhecimento reais e fundamentais na estrutura do mercado.

No Brasil empreender possui significado característico, devido aos intensos acontecimentos que marcaram a década de 90, mudanças que implicaram em alterações no cenário internacional e nacional. Internacionalmente observou-se um dinamismo nas relações comerciais entre os países, devido a tendência à ampliação dos padrões de consumo e de oferta de produtos nos diferentes países. Em âmbito nacional, após um regime autoritário e economicamente autárquico, no Brasil ocorre uma abertura econômica e comercial reestruturando-se, deixando de atuar ativamente no setor produtivo, culminando em privatizações de grandes estatais e abertura do mercado interno para concorrência externa.

O alto índice de desemprego, daquele período, no Brasil é uma questão a ser ressaltada, com o índice expressivo de 19%<sup>4</sup> segundo o PEA, no Amapá 1/3<sup>5</sup> da população possuía insuficiente ou nenhuma qualificação necessária para ocupar os postos de serviços, reflexo sentido na qualidade de vida da população.

As peculiaridades da Amazônia também são fatores relevantes na construção de políticas econômicas. Conforme Abrantes (2002, p.52) um estudo da WWF-Brasil faz crítica ao governo federal em relação ao projeto Avança Brasil, pela inadequação deste programa em relação à Amazônia:

Este estaria em contramão do desenvolvimento sustentável para a Amazônia. Os entrevistados advogam que o governo federal não tem proposta concreta de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, principalmente por que os povos da floresta vivem da agricultura familiar e a proposta do Estado é tornar o Brasil um dos maiores produtores de grãos para exportação. Portanto, as políticas de governo não estão em sintonia com os anseios dos povos da Amazônia (índios, seringueiros, ribeirinhos, extrativistas, pequenos agricultores).

No Amapá o planejamento econômico está ligado a peculiaridade regional, desse modo, no intento de dinamizar a economia do Estado e oferecer condições financeiras para o agente produtor o Governo apresentou o “Programa Amapá

---

<sup>4</sup> Dados do IBGE Março/2005.

<sup>5</sup> Dados da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo.

Empreendedor”. Este programa de Governo tem o foco a biodiversidade, de maneira a aplicar as riquezas do Estado em negócios e tentar diminuir o alto índice de desemprego, direcionando suas ações para a união entre crescimento e desenvolvimento econômico e os 97% de biodiversidade preservada. Esta proposta de mudança deve exceder a cultura da população local para as atividades produtivas ajustadas a produção lógica de mercado. A prática da população amapaense historicamente é a produção de subsistência, contrária a dinâmica de mercado que vai da produção de média a grande escala. A composição abaixo de Zé Miguel e Joãozinho Gomes, apesar de poética, caracteriza o modo de vida local amapaense:

O Zé vai pro mato apanhar açaí  
Maria pra roça vai capinar  
A vida daqui é assim devagar  
Precisa mais nada não pra atrapalhar  
Basta o céu, o sol, o rio e o ar.  
E um pirão de açaí com tamuatá.  
Que vida boa su mano  
Nós não tem nem que fazer planos  
E assim vão passando os anos eita!  
Que vida boa  
Que vida boa su primo  
Nós só tem que fazer menino  
E assim vão passando os anos eita  
Que vida boa (Vida boa)

Cirilo Simões Filho<sup>6</sup> (2006) expõe o “círculo virtuoso do empreendedorismo”, de acordo com os argumentos da linguagem própria da “cultura empreendedora”, chamados de janela de oportunidades para a geração do auto-emprego, baseada no fato de que nunca houve tanto crédito disponível, acesso às informações (internet, livros, palestras) e incentivos públicos e suporte (órgãos de incentivo, suporte, apoio, etc.).

Em resumo, os resultados do círculo virtuoso são postos da seguinte forma: mais empresa, mais emprego, mais renda, mais consumo, mais produtos, mais impostos e melhorias sociais. Considerando esta perspectiva de melhorias sociais e econômicas, e a Constituição brasileira quanto ao favorecimento no acesso ao crédito, com a criação de programas específicos e financiamento, associado a um contexto marcado pelo desemprego e pela economia do contracheque (conforme

---

<sup>6</sup> Em uma palestra, ocorrida na Escola de administração do Amapá, ministrada para trabalhadores autônomos.

será tratado mais adiante,) surge no Amapá um Programa nos moldes de cultura empreendedora.

### 3.2.2 Sobre o Programa Amapá Empreendedor

No Estado do Amapá, a tentativa de atribuir uma identidade comum ocorreu por parte do Governo do Estado, em uma ação que cria o programa “AMAPÁ EMPREENDEDOR”, cujo objetivo é imprimir nestes atores o espírito de investimento, planejamento e inovações como o aperfeiçoamento de seus instrumentos de comercialização de produtos e serviços, destinados ao fortalecimento das atividades artesanais de associações e cooperativas de caráter produtivo; expansão da capacidade de oferta de ocupação, emprego e renda; estimular ao desenvolvimento sócio econômico; garantir condições de acesso ao crédito aos micros empreendedores formais e informais, incluindo os empreendedores individuais, artesões, associações e cooperativas de caráter produtivo, conforme é percebido no texto do site da SETE:

O governo do Estado do Amapá, através da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo – SETE baseado na política de desenvolvimento econômico tem como compromisso apoiar micros e pequenos empresários e trabalhadores informais, com o objetivo de mudar a realidade econômica do Estado.

O Programa “Amapá Empreendedor”, criado pela Coordenadoria de Empreendedorismo da SETE tem o objetivo de desenvolver, implementar e difundir mecanismos de fortalecimento para sua sobrevivência e desenvolvimento, bem como dos empregos por eles gerados. O texto do Plano de Trabalho “Programa Amapá Empreendedor” traz a preocupação de oferecer à população amapaense um apoio competente à iniciativa empreendedora. Assim de acordo com o texto considera-se:

O quadro geral de empreendedorismo no Brasil e o que as pesquisas mais frequentes sobre o tema apontam, foi construído um Programa que visa dar ao empreendedor condições para auto-gestão, além de eleger prioritariamente em seus projetos segmentos da sociedade que apresentam maior necessidade de suporte nessa área.

Com relação à missão da Coordenadoria do Empreendedorismo em relação a seu público alvo, as atividades da secretaria têm as seguintes procurações:

Formular, elaborar, promover e coordenar a execução de políticas públicas e ações de empreendedorismo; apoiar e incentivar as atividades de geração de renda formais e informais, aos trabalhadores autônomos e às micro e pequenas empresas. (Programa Amapá Empreendedor)

Conforme Chelala há um grande aumento no número de funcionários públicos no Estado do Amapá, difundindo um circuito que sustenta e abaliza a economia do Estado denominada economia do contracheque <sup>7</sup> de acordo com duas metodologias:

Em ambos os casos as metodologias de levantamento do PIB observa-se uma tendência nítida de ampliação e participação da administração pública. Na metodologia antiga observou-se uma evolução na casa de 34% em 1996 para 44% em 2004, tendo havido um “pico” em 2000, provavelmente por ingresso no serviço público de aproximadamente 2.000 servidores do extinto IPESAP.

Observa-se também uma linha ascendente da participação estatal na economia, que passa de 41,6% para 45,8%. Nesse caso, além do ingresso dos servidores, há também o forte incremento das receitas públicas, tanto as próprias quanto as oriundas de transferência da União. (2008,p.158).

O quadro abaixo revela o Estado como maior empregador e o crescente índice de servidores públicos, demonstrando a dependência de o próprio Estado investir recursos repassados pela União em sua manutenção e sustentação. Conforme dados do gráfico extraído do livro de Charles Chelala:

---

<sup>7</sup> No Amapá, o gerador maior de renda e investidor é o local Governo do Estado, as finanças do Estado são oriundas de repasses da União, detendo através do funcionalismo público a responsabilidade de colocar cerca de 40% do volume financeiro que circula no comércio, segundo maior gerador de postos de trabalho. (segundo dados da Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo).

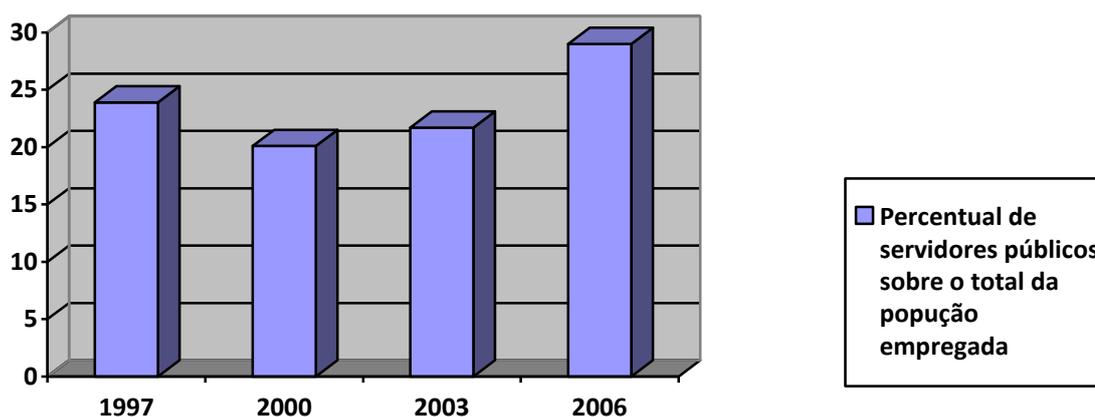


Gráfico 01. Evolução relativa de militares e servidores públicos estatutários sobre o total de população empregada com mais de 10 anos de idade no Amapá. (1997-2006).  
 Fonte : Chelala APUD IBGE, PNAD, 1997 a 2006. Censo 2000.

Segundo Porto (2003), dois episódios corroboraram para o aumento das despesas com o pessoal no Amapá, o primeiro diz respeito ao fato de que, quando o Governador Annibal Barcelos conseguiu através de um concurso público em 1991 que fossem nomeados como servidores públicos federais, os candidatos selecionados. No entanto, em 1995, 5.000 desses selecionados foram exonerados do sistema federal, pois o Amapá na época do concurso realizado já era Estado, contrariando personalidades e servidores culminando em movimentos políticos que visaram à manutenção desses servidores na folha de pagamento federal, diante deste impasse foi negociada a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, presidente da época.

O segundo episódio no aumento das despesas com o pessoal ocorreu quando pouco antes de passar o cargo de governador a João Alberto Capiberibe, Barcelos contratou mais servidores, concedeu aumento salarial a estes e aos efetivos. Fato esse, que explica o elevado índice de despesa com pessoal (61,5%).

Outro fato a considerar é o fato ocorrido em 1999, com a criação do IPESAP – Instituto de Pesquisa e desenvolvimento em administração pública foi convocado 3.670 candidatos através de concurso realizado por este instituto, que prestava serviço social autônomo ao Governo. No entanto, em uma manobra política, o então governador João Capiberibe assimilou os funcionários ao Estado quando o IPESAP foi extinto, gerando novos conflitos com oposição política e inchando a folha de pagamento do Estado.

Diante do volume gasto com as despesas da folha de pagamento o Governo argumenta no texto do Programa Amapá Empreendedor que no Amapá, o maior investidor local é o próprio Governo do Estado que detém, através do funcionalismo público, a responsabilidade de colocar cerca de 40% do volume financeiro que circula e movimenta o comércio, sendo conhecida como economia do contracheque.

De acordo com a Constituição Federal, da ordem econômica (art.170), fundada na valorização do trabalho humano e livre iniciativa, tem por finalidade assegurar a todos existência digna. Já a ordem social (art.193), tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social. O Estado, por esta perspectiva e em cumprimento de suas funções desempenha seu papel indispensável na formulação de políticas públicas.

Assim, em conformação aos princípios jurídicos o Estado materializa suas leis através das ações políticas desempenhadas por seus aparelhos, no caso amapaense, em específico a este estudo, as estratégias de ação intentam a massificação dos valores ideológicos direcionados ao empreendedorismo, em uma tentativa de inculcar na população uma identidade empreendedora. O resultado da criação dessa identidade seria a dinamização da economia com base nas vocações e potencialidades naturais, através de diversos meios de difusão e materialização como a mídia, propagandas, curso de capacitação, incentivos financeiros, conforme as diretrizes e planos de desenvolvimento.

Deste modo a ação real do Estado, por meio de suas políticas públicas visa à promoção de uma identidade politicamente legítima. No caso local essa identidade esbarra no modo peculiar e contraditório da vida da população amapaense. Mesmo que tal tentativa se dê em torno da cooptação de atividades já desenvolvidas são, no entanto, realizadas na informalidade, existindo o viés contrário relativo a mudança no modo de produção voltado para o mercado, e não mais da maneira como se configurou com pouco ou nenhum planejamento com respeito a técnicas empreendedoras. Pois, se os repasses da União, os grandes projetos econômicos e a geração da receita do comércio se mostram escassos, legitimar uma identidade se mostrou uma alternativa para que os filiados a este Estado sejam construtores de um projeto econômico e político.

A formação de uma nova identidade apesar de não explícita, tende a se tornar natural se for maciçamente difundida, o indivíduo passará a se enxergar como

investidor, fato que tende a alterar a cultura regional. Se o cenário local não difere muito da realidade nacional no que tange a dificuldade de absorção da mão-de-obra no mercado de trabalho, logo se faz apropriado em resposta a esta questão difundir a valores referentes ao empreendedorismo, assim, desde a implementação da Zona de Livre Comércio até o apoio do SEBRAE em conjunto com o Governo vem se conformando na sociedade e no mercado a identidade empreendedora.

As ações do Programa Amapá Empreendedor são alternativas de geração de trabalho e renda, considerando a importância do trabalho como ação humana, em que a natureza é transformada de ordem natural para ordem social, produzindo conjunto de valores identitário que possibilitam a vida em sociedade, logo os concidadãos pelo consenso introduzido e reproduzido nas determinações de suas atividades profissionais, tornam-se homogêneos pelo sentimento de pertencimento a este projeto e como participante do sistema vigente. Por esta estratégia que torna o indivíduo uma célula participante, obediente às regras impostas pelo Programa, nota-se a grandiosidade do aparato ideológico e econômico do Estado, com “poder” de gravar em seus membros a necessidade de inserir-se no programa que oferece uma nova direção na sociedade amapaense no sentido de trazer melhoras no âmbito sócio-econômico.

Um fato a ser considerado também é que as pessoas escolarizadas optam preferencialmente para inserção no funcionalismo público, propiciar outras formas de inserção no mercado de trabalho, altera a procura da população escolarizada geralmente voltada para o ingresso na carreira pública. Conforme o artigo da coluna de Charles Chelala (2008):

Primeiramente, sabemos que no Amapá reina a “economia do contracheque” e há carência de espírito empreendedor. É preocupante constatar que, para a maioria dos acadêmicos o grande anseio é o de entrar no serviço público. Nada contra, mas poderíamos ter mais estudantes de administração, economia e contabilidade (entre outras), pensando em abrir e tocar seu próprio negócio.

Logo, apregoar uma nova alternativa, diante do panorama econômico e social amapaense, é por extensão vincular uma nova identidade apropriada à construção de novos valores, além de oferecer mudança na informalidade, pois, a documentação do Programa revela importantes fatores ao identificar como ação o estímulo à abertura de novos postos de trabalho a Trabalhadores formais, informais

individuais ou associados. Demonstrando que a ação vai alcançar o que de fato já existe em potencial econômico, incrementando com apoio financeiro e gestão de negócios, as estratégias de implementação seriam principalmente: qualificação e capacitação profissional e mercadológica de empreendedores informais.

A materialização deste projeto é notada nas estratégias das ações do Governo, como por exemplo, a entrega de financiamento, divulgação do programa em evento público, caracterizado por palanque montado com agentes do Governo discursando para a população na tentativa de difundir e massificar informações sobre do Programa. Conforme a figura abaixo:



Figura 01: Entrega de cheques a empreendedores santanenses.

Fonte: [www.amapa.gov.br](http://www.amapa.gov.br)

O trecho abaixo, extraído do jornal diário do Amapá, expõe a divulgação das ações e entidades de Governo ligadas ao Programa promovendo a exibição e a propagação na capital, para posteriormente se estender a outros municípios do Estado do Programa apresentado, conforme expõe a nota:

O município de Santana, no Amapá, será beneficiado com o Programa Amapá Empreendedor do Governo do Estado. O lançamento do programa no município aconteceu na última segunda-feira, 29, na Escola Estadual Augusto Antunes. Na oportunidade o Governo do Estado fez a entrega de cheques à 26 empreendedores santanenses, cadastrados previamente em Macapá. A maioria é de batedores de açaí. O cadastramento dos interessados em acessar os empréstimos começou na terça-feira, 30, no Sistema Nacional de Emprego (Sine), no prédio do Centro de Convivência Vitória Régia. Além de Santana, o Programa Amapá Empreendedor chegou aos municípios de Tartarugalzinho, Porto Grande, Ferreira Gomes, Macapá, Laranjal do Jari, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari. De acordo com o cronograma da Secretaria de Estado do Trabalho e

Empreendedorismo (Sete), coordenadora do Programa, os próximos municípios beneficiados serão Calçoene, Amapá e Oiapoque. (Diário do Amapá On Line, acesso em 09/11/2010)

A documentação do Programa Amapá Empreendedor revela um importante fator de estratégia: a difusão da cultura empreendedora em todo o Estado. Neste propósito, o Estado utiliza seu aparato material (suas instituições) para organizar o programa, no caso amapaense a SETE, fazendo que os indivíduos possam ser inseridos e orientados pelo Governo. A seguir formas de como ocorre à divulgação para a população da promoção destes eventos. A Notícia Online da Secretaria de Comunicação do Governo do Estado dispõe que:

No dia 17/06/2009 no Palácio do Setentrião ocorreu a entrega de cheques do Programa Amapá Empreendedor para 93 empreendedores que atuam na Feira Livre do Pacoval, 11 empreendedores que irão comercializar comidas típicas no Arraiá do Meio do Mundo e um para o Centro de Formação de Condutores (Auto Escola Paz no Trânsito), no total foram destinados mais de R\$ 152 mil. Os empreendedores recebem recursos do Fundo de Apoio ao Microempreendedor e do Desenvolvimento do Artesanato do Amapá (Fundmicro), que faz parte do Programa Amapá Empreendedor. Mais de R\$ 12 milhões já foram disponibilizados pelo GEA para atender mais de 9 mil empreendedores desde 2005.

Em notícia divulgada, o Governador recebe o apoio da representante dos Empreendedores durante uma solenidade, como forma de retribuir o apoio dado a esta parcela da população, com o objetivo de promover o avanço de seus negócios, e promoção do programa de governo, conforme segue a nota:

Durante a solenidade de entrega a representante dos Empreendedores da Feira Livre do Pacoval Ivone do Socorro solicitou ao governador que continue acreditando nos pequenos empreendedores, “pois nunca houve um governador que nos ajudou tanto, vamos retribuir pagando o financiamento em dia e gerando renda para este Estado”, agradeceu.



Figura 02: entrega de cheques aos empreendedores do Programa Amapá Empreendedor.

A nota abaixo quantifica e expõe os benefícios dados aos contemplados do Programa, concedido segundo as normas impostas para a concessão deste crédito, conforme:

Mais uma notícia informa que Governador Waldez Góes entregou nesta sexta-feira, 14, cheques a novos empreendedores, ao todo foram beneficiadas 141 pessoas com recursos do Fundo de apoio ao Micro empreendedor e ao desenvolvimento do artesanato do Amapá, os recursos somam R\$ 191 mil. “O maior desafio deste programa é gerar renda pra nossa população, até o momento já foram assistidas mais de 10 mil pessoas” disse o governador Waldez Góes.



Figura 03: entrega de cheques do programa Amapá Empreendedor.

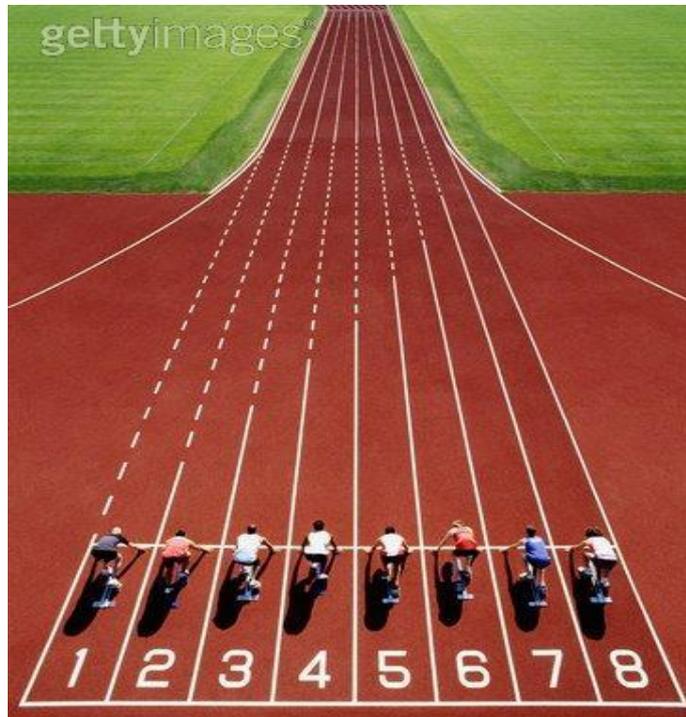
A nota expressa pelo Diário do Amapá do dia 31/03/2006 divulga o número e a extensão de benefícios concedidos para o desenvolvimento do Programa, na tentativa de tornar de conhecimento popular as linhas de créditos na promoção mudanças no cenário de trabalho, conforme nota abaixo:

O Governo do Estado entregou 514 cheques a pequenos e micro-empreendedores locais. Segundo os contemplados o artesão José Vicente Soares de Moraes, de Mazagão Velho emprestou R\$ 1 mil. Para ele, o empréstimo vai ajudar a ampliar a sua atividade na produção de peças em cerâmica que são vendidas em Macapá. O taxista Walter Leite Chaves, que recebeu a chave de seu carro das mãos do governador Waldez Góes, disse sentir-se valorizado ao saber que existe uma instituição financeira do Estado que confia no pequeno empreendedor.

As notícias divulgadas na imprensa pelo Diário do Amapá mostram o resultado da opinião dos beneficiados sobre o Programa Amapá Empreendedor, ora o Estado apregoa normas específicas de inserção ao mundo do trabalho e o ser social tem a necessidade de se inserir a tal contexto de trabalho, no caso dos beneficiários do Programa o sentimento de participação na sociedade vem através da concessão de crédito, assim o resultado imediato das ações do Governo é a opinião pública favorável, conforme o discurso de um beneficiário:

Renato Nonato dos Santos, feliz da vida com o financiamento, garantiu que não teria condições de pagar o empréstimo se fosse concedido por um banco particular, “As facilidades de pagamento são atrativos principais para acessar o financiamento. Isso sim é oportunidade”. Renato falou que o táxi é sua única fonte de renda e agradeceu ao governador a oportunidade.

### **Apoio e Incentivo ao Empreendedor**



A figura a cima foi retirada de uma palestra de divulgação do Programa, oferecendo capacitação empresarial através do acesso ao crédito, capacitação com cursos nas áreas de empreendedorismo, gestão de negócios, fluxo de caixa e acesso ao crédito. É notada a materialidade do Projeto de criar valores específicos de uma identidade dirigida à população amapaense, identidade alternativa moldada em conformidade com um Programa que procura melhorar a qualidade de vida da população valorizando a força de trabalho, por meio de uso de recursos e aptidões econômicas dentro de uma nova lógica. Fazê-lo, no entanto, requer um espaço de tempo e respeito a processo historicamente construídos, para que as tentativas de inserir um Programa que vise à promoção de uma nova identidade operem mudanças de ordem social, econômica e política.

De modo mais crítico, a análise reconhece a contradição entre a identidade desejada pelo Estado e as características da população, pois a subsistência e o

ensejo pela carreira no funcionalismo público marcam o modo de vida da população local, mesmo que a identidade seja tentada dentro das potencialidades naturais que abundam o Estado, existe o viés contrário, no sentido de mudar código de ideias ou representações, as práticas materiais, as práticas sociais e o próprio modo de vida dos agentes locais. Considerado que a mola propulsora de tais mudanças se estabelece nas práticas políticas e econômicas, representadas pelo Programa Amapá Empreendedor através do Governo do Estado.

A proposta de uma nova identidade moldada para o Empreendedorismo se contrapõe a singularidade e especificidade da identidade histórico cultural amapaense, a nova proposta imprime signos e valores externos de modelos estabelecidos, pois mesmo que o Programa vise cooptar a tradição no uso dos recursos naturais, existe ainda a mudança econômica para uma escala de produção maior, remetendo ao vanguardismo do modelo capitalista de produção, criando oposição a compreensão média da população local, fato constatado através de todo o aparato governamental usado para criar os valores Identitários<sup>8</sup>.

Portanto, a construção de uma nova Identidade trás consigo novos símbolos que suplantam o que tradicionalmente constitui a identidade local, pois, ao longo dos tempos se constatou que as mudanças no modelo econômico exigiram alterações no modo de vida dos indivíduos, a consequência foi a criação de novas identidades, não sem resistência ou obstáculos. Em nível local em relação ao Programa estudado uma nova pesquisa seria necessária para a questão de efetivação da identidade politicamente proposta pelo Estado, entre outras questões envolvidas no nicho tão rico de demandas políticas, econômicas e sociais.

---

<sup>8</sup> Os valores Identitários referidos são aqueles apreendidos nos cursos de capacitação do modelo empreendedor, das propagandas do Programa e discursos do Governo em prol das benesses do Programa Amapá Empreendedor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da construção da identidade legitimadora requer a conceituação do Estado e a incursão em suas funções, considerando os diferentes tipos de Estado, pois para cada tipo de modo de produção há um modelo de específico de Estado, no caso da presente pesquisa o Estado capitalista se adequou a investigação por sua contemporaneidade. Assim, o primeiro passo da investigação estabeleceu a relação Estado e sociedade, demonstrando as funções dirigidas as indivíduos de um determinado território apresentando como resultado uma identidade própria da comunidade política, denominada cidadãos, entre outros termos como povo.

As instituições do Estado são imprescindível no estudo da materialização da identidade através das normas e regulamentos do Estado na igualização dos sujeitos, pois demonstra como é conferido uma identidade enquanto membros de território comum, com aplicabilidade na manutenção do sistema vigente, portanto, o Estado como representante do interesse geral homogeneiza legalmente os indivíduos numa coletividade – o povo. As ações do Estado como mediador das contradições das classes componente de seus territórios, ora cedendo aos interesses das classes dominantes e ora cedendo aos interesses das classes dominadas, mas sem deixar de reconhecer a hegemonia da primeira.

Assim, o Estado opera através de ações de controle e organização de relações das classes antagônicas, para que haja a reprodução das relações especificamente capitalistas. O Estado capitalista como reprodutor de tais relações, tem como função assegurar a coesão e a organização de uma sociedade dividida em classes, para que a participação dos indivíduos-cidadãos na comunidade política nacional se manifeste no sufrágio universal – expressão da “vontade geral”. Portanto os indivíduos reconhecem-se pelas leis pautadas nos princípios de liberdade e igualdade, como livres e iguais e não se percebem como agentes de produção.

O contexto demonstrado na pesquisa é marcado por lutas e tensões que reflete acordos e contradições, pois, as classes subalternas em luta pela contemplação de seus interesses têm fundamental importância, já que o objetivo do Estado é conciliar os interesses historicamente antagônicos das classes, por este fato o produto dessa conciliação de classes é uma identidade comum conferida aos

membros de um território, propiciando a reprodução do sistema vigente, portanto o Estado como representante do interesse geral homogêneo legalmente os indivíduos em uma coletividade.

Assim, análise pôde ser aplicada de maneira delimitada nas ações do Governo local, mas especificamente no Programa denominado Amapá Empreendedor, cuja ação teria como resultado a identidade empreendedora. Observando, a trajetória econômica da história amapaense as mineradoras e os projetos econômicos como Jarí, Icomi e Cadam se destacam, assim, como os produtos oriundos da diversidade de recursos naturais (setor pesqueiro, atividades agropecuária, extrativista) entre outras do Estado, sem, no entanto, desenvolver a contento a economia local. O retrospecto a Governos passados coloca a economia como uma constante preocupação desde o período do Estado como Território Federal, mas recentemente foi implantada a Zona de livre comércio Macapá e Santana que apesar de contribuído para a economia, é relevante considerar que é através dos empregos das esferas federal, estadual e municipal que se tem a ingestão de capital no comércio local, comprovando a chamada economia do contracheque.

A valorização dos recursos naturais se apresenta como potencial para o desenvolvimento econômico, considerando esse fato e mais as atividades praticadas na informalidade podemos verificar que Programa Amapá Empreendedor tenta abranger o que de fato já vem sendo praticado no Estado, de modo a colocar as atividades dentro de uma nova organização dirigida ao Empreendedorismo. O resultado esperado é a promoção e a inserção de trabalhadores no mercado de trabalho, no entanto, foi considerado que a proposta requer como ações a qualificação profissional em habilidades que valorizem a geração de renda, nesse sentido deve haver mudança na identidade historicamente construída da população amapaense. A identidade histórica cultural é oposta a nova proposta voltada para o Empreendedorismo, trazendo valores próprios do capital contrários a singularidade e especificidade da identidade local, mesmo que o Programa vise cooptar o que de fato já existe, há o vanguardismo no sentido de mudar economia através valores contrários a prática média da população local.

Conforme foi analisado, a identidade empreendedora se mostra uma alternativa em resposta a questões como: a economia do contra-cheque, a informalidade de atividades comerciais, a agricultura de subsistência e aos escassos resultados das atividades mineradoras no Estado. No entanto, a nova identidade além de tempo e espaço, requer para seu pleno estabelecimento ações consistentes de continuidade, pois conforme a pesquisa, a identidade ocorre em processo histórico de construção, marcado contradições e resistência. Em relação a efetivação da identidade politicamente proposta pelo Estado é necessário uma nova pesquisa, entre outras questões envolvidas no nicho tão rico de demandas políticas, econômicas e sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, Joselito Santos. **Bio (sócio) diversidade e empreendedorismo ambiental na Amazônia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá. Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo. **Manual de Normas do FUNDMICRO**: Programa Amapá Empreendedor. Macapá, 2008.

\_\_\_\_\_ **Plano de Trabalho**: Programa Amapá Empreendedor. Macapá, 2007.

AMIN, Erika. Empreendedores recebem recursos do FUNDMICRO. **Notícias on Line**, Macapá, 17 de jun. de 2009, notícias. Disponível em: <http://www4.ap.gov.br/jsp/noticias/newsGallery.jsp?ref=7888&dtDay=2009-06-17>. Acesso em 09.11.2010 às 17h45min h.

BARCELLOS, ANNIBAL. Comte. Annibal Barcellos: **30 anos dedicados ao Amapá**. Macapá : Uff7,2009.

BITENCOURT. Valdeci. Governador entrega cheques a pequenos empreendedores. **Notícias on Line**, Macapá, 17 de dez de 2007, notícias. Disponível em: <http://www4.ap.gov.br/jsp/noticias/news.jsp?ref=5634&dtDay=2007-12-17%2018:02:36.0>. Acesso em 09.11 às 17h50min.

**BRASIL**. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: 1988 – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n.1 a 6, de 1994. – 23. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações,2004. 80p. – (Serie textos básicos; n.34)

CAMARGOS. Marcos Antonio de. Reflexões sobre o cenário econômico brasileiro na década de 90. In: XXII Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: [http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002\\_TR30\\_0918.pdf](http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2002_TR30_0918.pdf), Acesso em 15/09/2010 às 16h.

CASTELL, Manuel. **O Poder da identidade**. Tradução Klass Brandini Gerhardt. 2ªed. Paz e Terra: São Paulo, 2000.

CHELALA, Charles Achcar. **A magnitude do Estado na socioeconomia Amapaense**. Macapá, UNIFAP 2008.

DIÁRIO DO AMAPÁ. **Programa Amapá empreendedor chega à 8 municípios**. Globo.com <http://portalamazonia.globo.com/pscrip/noticias/noticias.php?pag=ol&idN=248>. Acesso em: ver data Portal Amazônia .com

DIÁRIO DO AMAPÁ ON LINE. **Amapá Empreendedor fortalece economia regional.** Macapá. (2006). Disponível em <http://uasf.old.sebrae.com.br/uasfgestao/uasfnoticias/not2006/notmar/notmarco/not486/view>. Acesso em: 09.11.2010. Amapá Empreendedor fortalece economia regional Document Actionsário do Amapá - AP - 31/03/2006 Da Redação.

FILHO, Simões Cirilo. **Empreendedorismo.** Macapá, EAP, 2006. 15 Slides: Color, 21,59X27,94 cm.

GIOVANELLA Marco. **Empreendedorismo: gestão do varejo, material de construção.** Joinville, 2007. Udesc. Disponível em: [http://www.joinville.udesc.br/portal/ensino/sequenciais/gestao\\_varejo\\_mat\\_constr/materiais/GVM-11/Empreendedorismo I.pdf](http://www.joinville.udesc.br/portal/ensino/sequenciais/gestao_varejo_mat_constr/materiais/GVM-11/Empreendedorismo I.pdf). Acesso em 16/082010, às 16:00 h.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo. Macapá. Disponível em: [www.sete.ap.gov.br/micro.htm](http://www.sete.ap.gov.br/micro.htm). Acesso em 26/05/20010, às 22:00 h.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. Secretaria do Trabalho e Empreendedorismo. Coordenadora Estadual do Programa de Artesanato. Disponível em: <http://www.sete.ap.gov.br/artes.htm>. Acesso em 09/11 às 17:30h

GUIBERNAU, Montserrat. **O Estado Nacional e o Nacionalismo.** 2ªed.Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1997.

PORTO, Jadson Luis Rebelo. **Amapá: Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 – 2000.** Macapá. 2ª ed. CNPQ/CAPES, 2007.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o poder, o socialismo.** 4ª ed., Paz e Terra: SP, 2000.

\_\_\_\_\_. **Poder político e classes sociais.** 2ª ed., Martins Fontes: SP, 1986.

SAES, Décio. **A Formação do estado burguês no Brasil: 1888-1891.** 2ª ed., Paz e Terra: RJ, 1985.

\_\_\_\_\_. **Estado e Democracia: Ensaio Teóricos.** Unicamp, 1994.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá.** 4ª Ed., Editora Valcan: Macapá, 1998.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Colegiado de Ciências Sociais. **Manual do Trabalho de Graduação.** Macapá, 2006

\_\_\_\_\_.Manual de Normas Operacionais do FUNDMICRO – **Programa Amapá Empreendedor**. Macapá, 2008.

\_\_\_\_\_.**Programa Amapá Empreendedor**. Macapá, 2007.